

Ivo, Anete Brito Leal. Capítulo 7. En publicación: Metamorfoses da questão democrática. Governabilidade e pobreza. Anete Brito Leal Ivo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Colección Becas CLACSO-ASDI. 2001. ISBN: 950-9231-66-5.

Acceso al texto completo:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/identidad/p7.pdf>

Fuente de la información: Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe - CLACSO - <http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

## Capítulo 7

### Reconversão política e simbólica no plano do governo local

#### As estratégias de bloqueio da oposição e a ação das figurações simbólicas

O caráter da relação política entre a oposição e o grupo político hegemônico na Bahia não é de embate na afirmação de um projeto político diversificado mas de intolerância e confronto explícito, na orientação dos grupos dominantes. No plano da relação conflituada entre a Prefeitura e o grupo hegemônico (com efetivo controle sob as instâncias estadual e, desde 1995, da federal) foi desenvolvida uma estratégia de bloqueio político ao governo da Cidade, em torno de um conjunto de ações políticas, mediáticas e jurídicas articuladas: (i) primeiro, através de um cerco da mídia, comandado pelo canal de maior audiência pública local, associada à rede Globo. Este cerco se caracterizava pela apresentação continuada de “problemas não-resolvidos” da Cidade em contraposição à uma positividade e substituição das ações do governo estadual, qualificando uma inoperância e incompetência da Prefeitura; (ii) através da instauração de uma espécie de “governo paralelo” exercido nas áreas de competência administrativa do município, legitimadas pela ação das políticas estaduais metropolitanas; (iii) através do não repasse de quaisquer recursos negociados para o governo municipal, senão aqueles vinculados do Fundo de Participação dos Municípios; (iv) pela superposição de ações de infraestrutura, nas mesmas área de obras realizadas, externalizando uma situação de caos urbano, gerando o desconforto e a insatisfação popular; (v) através de bloqueio judicial à cobrança de impostos (à exemplo da taxa de iluminação) e, ao final da gestão, das contas municipais, inviabilizando o encerramento dos compromissos do governo, inclusive da folha de pagamento aos funcionários e aos prestadores de serviço. Ou seja, criando no imaginário popular e sobre o espaço público de circulação e vivência, o sentimento deliberado de desmando, abandono, incompetência e insegurança, ou seja, atuado no espaço simbólico daquilo que constitui a base de organização da vida do cidadão e do cidadão.

Esta estratégia de bloqueio constrói uma imagem da Prefeitura como “ausente e inoperante” ao tempo em que reafirma uma imagem da instância administrativa estadual percebida como “eficiente, dinâmica e alternativa ‘salvadora’ da Capital”. No centro desta estratégia está uma pedagogia política perversa e antidemocrática que inculca junto aos cidadãos da cidade, a idéia de que só há um grupo capaz de realizar, modernizar e construir uma alternativa moderna e eficaz para a Cidade. E esta alternativa só é possível através da verticalização das ações de comando e subordinação do município ao controle do Estado, tendo no comando a liderança hegemônica do PFL no Estado, do grupo carlista. Ora, se a questão da modernidade e da política está fora da Prefeitura, nas demais esferas intergovernamentais, e subordinada às relações de compromisso do seu líder maior com o seu povo; se a integração está condicionada a um “clientelismo por delegação” do líder, representante do poder, como premiação da adesão no plano político (ou de castigo no plano inverso), para que servissem os instrumentos de participação política, ou os benefícios da governança democrática, numa estrutura social fortemente controlada pelo grupo hegemônico no local, no Estado e nas esferas nacionais?

Estas estratégias articuladas: cerco da mídia; governo paralelo e bloqueio de verbas levam à formação de uma opinião pública negativa, dificultando o consentimento e aprofundando o descrédito da população em geral sobre o projeto de gestão democrática. Este sentimento faz com que o critério de governabilidade (ou seja, de subordinação política e estrutural da Cidade à instância do governo do estado) passe ele próprio a se constituir no eixo central da campanha sucessória de 1996 para Prefeito, reforçando uma idéia paradoxal, para não dizer mesmo perigosa, de que a centralização e o autoritarismo são recursos mais eficazes, enquanto a democracia e a esquerda não passam de demagogia vez que não conseguem impor resultados eficazes, tratando-se apenas de retóricas.

A este raciocínio dissocia-se deliberadamente os resultados êxitos em termos dos indicadores sociais, reforçando uma visão da política urbana despolitizada, restrita à concessão do Estado para os seus cidadãos, leis aos compromissos políticos com a elite no poder, que dessa ótica e nessa condição de subalternidade apenas, passariam a ter acesso à melhoria da infra estrutura urbana. Não restam dúvidas quanto a importância da infra estrutura de serviços para o desenvolvimento urbano, matriz da sociabilidade e civilidade urbanas, mas estas devem estar suficientemente articuladas à um projeto de cidadania, de modo a poder priorizar o enfrentamento dos velhos problemas de uma cidade tão desigual e os imperativos de longo prazo para o desenvolvimento das cidades, os quais supõem condições de competitividade e civilidade, longe de conviverem com um modelo marcado pela exclusão e altos índices de pobreza. Ademais, se no plano político a comunicação por meio da televisão, num âmbito do controle privado dos meios de comunicação é suficiente e decisiva para construir a legitimidade necessária à reprodução política local, qual seria o significado desses novos instrumentos de formação do espaço público, da ótica dos conservadores?

## **A cidade rendida: “governabilidade” e aprofundamento da pobreza (O contexto de 97/99)** <sup>162</sup>

### **A reordenação das ações de governo local (1997/98): reconversão institucional**

Aqui apresentamos as principais prioridades e mudanças na orientação geral da Prefeitura e nos programas específicos., evidentemente sem nos aproximarmos num exame mais aprofundado.

A campanha do novo prefeito, com mandato compreendido entre 97/2000, vinculado ao PFL, sob o comando do grupo hegemônico da Bahia, centrava-se em torno de duas questões:

(i) a governabilidade da cidade, através da subordinação e integração do município ao projeto hegemônico do PFL, articulando o município ao governo do Estado através do controle e identidade ao *mesmo grupo política* também responsável pela capacidade de governo no plano federal. Esta a condição para o restabelecimento da “paz social” na cidade e a recomposição do ordenamento urbano, ambos agredidos como resultado das lutas políticas para o desmonte do projeto democrático sobre o local e o resgate concomitante desse espaço municipal ao controle das forças do PFL. Esta estratégia contrapõe-se à imagem construída e produzida do caos da cidade, definida como “perda de autoridade política do município” pelos governos anteriores. Por esta operação inverte-se a posição entre determinantes e efeitos sobre o espaço urbano;

(ii) pelo resgate da capacidade de investimento na estrutura física da cidade, conseguida através da articulação política com as instâncias de governo, Estadual e Federal e instituições financeiras internacionais. Para acesso a esses recursos as condições de empobrecimento da cidade joga papel importante; e

(iii) pelo resgate do bem estar e da identidades socio-culturais das classes populares, através, de uma lado, da melhoria da infraestrutura urbana de lazer e urbanização das áreas centrais do turismo; e, segundo, por um apelo às raízes histórico-culturais da Bahia, enquanto berço fundante da cultura brasileira, refundando a imagem urbana como cidade alegre, histórica, limpa e ordenada.

Ou seja, a ação estratégica hegemônica, reorienta-se através de uma operação de *marketing* urbano, de intervenção sobre a imagem da cidade e da distribuição de bens urbanos, unificando o senso cívico do cidadão a partir da imagem de cidade histórica, alegre e universal, afirmando, nessa imagem, a sua ideologia principal:

*“a ideologia dessa casa, a minha ideologia, é a cidade de Salvador”* como diz o Prefeito no discurso de posse, em 1997<sup>163</sup>.

Isto significa, de um lado despolitizar a questão da diferença e das desigualdades e deslocar a intervenção sobre a área da infra-estrutura física,

num projeto de modernização e recuperação das áreas físicas urbanas, especialmente as centrais como projeto articulador do interesse ao mesmo tempo do 'cidadino', como sujeito genérico (e, supostamente, igual) e dos agentes externos do mercado, transformando a cidade num bem de mercado para o turismo internacional. Através desta estratégia, associada a um intenso e poderoso marketing televisivo, reconstrói a autoestima de ser "baiano" e do seu orgulho com a cidade.

O resgate da cidade sob o controle do grupo hegemônico no Estado tem importância estratégica, no contexto da nova regulação, seja porque é nas cidades que se estabelece a relação direta dos governantes com os cidadãos, seja pelo papel central de importância que o governo local tem adquirido com os novos paradigmas de governança local e de desenvolvimento auto-sustentado; seja, ainda, pela importância que as agências internacionais (B. Mundial e outras) dão à instância local, e do papel estratégico das cidades e metrópoles no âmbito da competitividade pelos investimentos, no espaço da globalização.

Este projeto consolida uma vivacidade urbana favorável à dinâmica dos investimentos econômicos e culturais dos grupos internacionais, tornando-a uma cidade competitiva no mercado global.

Por outro lado, trazer a cidade de Salvador para o controle do mesmo grupo que lidera o Estado, como espaço privilegiado de sua ação política afigura-se, da perspectiva deste grupo, como condição fundamental de sua reprodução política, no contexto da globalização e de reforço institucional ao local. O dispositivo de "parceria", próprio da governança, que representa formas flexíveis e responsabilidades partilhadas entre agentes públicos e sociedade, transfigura-se, então, como subordinação do município ao governo estadual, velha estratégia de hegemonia do grupo sobre a cidade. Aliam-se, assim, a essa estratégia interesses de reprodução política interna aos interesses maiores de reprodução do capital internacional.

Assim, o novo governo municipal retira a sua capacidade de governo:

(i) do papel de liderança política do grupo liderado pelo Presidente do Senado da República, e das vantagens adicionais que a articulação intergovernamental traz para as ações concertadas das diversas instâncias públicas sobre o espaço físico da capital, mesmo que em condições de subalternidade.

Neste sentido, procede-se uma reconversão do sentido e do padrão de interação interinstitucional entre governo e município, que passa de governo paralelo, no quadro do confronto, no sentido de anulação das ações do município, constituindo-se em governo parceiro e solidário entre as instâncias governamentais do estado e do município. Reconvertem-se os sentidos atribuídos de negatividade da ação do Governo sobre o município de efeito negativo para efeito positivo, como condição de "bom governo", capacidade de realização, qualidade de vida urbana, eficiência e responsabilidade para com a cidade.

Explicando melhor, a sobreposição das intervenções públicas do governo estadual e municipal sobre o espaço físico urbano, no contexto de 93/96 (gestão Lídice da Mata) implementadas pela ação do chamado “governo paralelo” (ações estaduais) confundiam as responsabilidades das instâncias governamentais, aparecendo como efeitos negativos e incapacidade de gestão.

A superposição de ações de infraestrutura urbana, naquele contexto, tinha sobre a vida do cidadão um efeito perverso, anulando os possíveis benefícios resultantes das intervenções físicas realizados na malha urbana e viária (ex.: reabertura de vias asfaltadas para colocação de rede elétrica ou de água, etc.) ou criava a imagem de caos administrativo e físico sob a responsabilidade do Município. Com essa operação gerava-se no inconsciente popular a imagem de inoperância e incompetência do Município. Por outro lado, ao substituir a Prefeitura em ações de competência municipal, como de limpeza urbana, ao invés do repassar dos recursos que lhe permitiria realizar estas tarefas num quadro de normalidade (como na 1ª metade do governo), reafirmava uma competência que não se localizava no município mas no Estado.

(ii) de um programa de governo traçado no longo prazo, construído durante o mandato da oposição no governo, expressas, de um lado, na identificação de pontos estratégicos definido nos diversos programas elaborado; por outro lado, nas ações próprias, desenvolvidas como estratégia de oposição do grupo hegemônico: os alvos atingidos contra a gestão anterior (mandato de 93-96) constituíram-se ao mesmo tempo num mecanismo de reversão simbólica das ações de “caos” e “incompetência administrativa” em operações de “salvamento”, “reordenamento” e “restauração da paz urbana”. Assim, o conhecimento dos entraves e dos mecanismos manipulados, permitiram agir rapidamente sobre os alvos de entraves construídos, permitindo-se veicular a idéia de competência sobre a melhoria urbana. A exemplo da operação do “faxinaço”<sup>164</sup>.

Exemplos mais evidentes encontram-se no bloqueio das contas da Prefeitura ao final dos três últimos meses de gestão; na questão do lixo e do “faxinaço” liderado pelo governo do Estado, antecipando mesmo a posse do novo prefeito; na restauração da cobrança da taxa de iluminação da cidade. O reordenamento do pagamento de contas atrasadas; a limpeza da cidade e a iluminação da Cidade, exercem uma externalidade altamente positiva da imagem urbana sobre os cidadãos e visitantes, particularmente nas áreas centrais e turísticas, consolidando a imagem da eficácia do novo governo e o suposto resgate da política.

(iii) da implantação de uma estrutura verticalizada e concentradora das ações municipais na figura do Prefeito, realizada através da reforma administrativa e da implantação de um estilo de gestão que minimiza as ações sociais, a descentralização e as ações comunitárias entendidas como “mediócras”, ou “demagógicas”, privilegiando a visibilidade das ações de infra estrutura e as iniciativas culturais de grande impacto e interesse geral para a população da cidade, especialmente dos segmentos jovens e de artistas; e do empreendimento turístico.

(iv) de um reforço da imagem urbana através da intensificação da ação da mídia, concorrendo para isto a conjuntura de comemoração dos 450 anos de fundação da Cidade de Salvador (em 1999) e os 500 anos de Descoberta do Brasil, em 2000, contextos que favorecem o papel histórico da Cidade na aglutinação de uma tradição histórico-cultural e na atração de iniciativas culturais de impacto nacional e internacional, fundando a unidade local e reforçando um tipo de integração social fundado na idéia e no orgulho de pertencer a uma comunidade fundante da cultura nacional, a partir da revalorização de valores identitários culturais na música e na cultura afro-brasileira;

(v) da ausência de uma oposição efetiva ao governo e arrefecimento das reivindicações sociais. Para isto concorrem a crise do movimento sindical e a crise dos próprios partidos, seguidos de uma perda de posição dos partidos da frente democrático na câmara de vereadores, naquele contexto 97/2000<sup>165</sup>;

(vi) da recuperação de alguma capacidade de investimento, renegociação da dívida pública e contração de novos empréstimos através de medidas restritivas institucionais (a reforma administrativa) que implicou o início da privatização das empresas municipais e a dispensa de todos os funcionários contratados nos últimos 10 anos. Ou seja, a articulação no plano nacional facilitou as condições de gestão e da dívida. A implantação de mecanismos de flexibilização, através da demissão e recontração via consultorias especializadas, reduziram a capacidade de accountability na democratização da cidade.

Estes fatores conjugados contribuem para a continuidade de reprodução do projeto político na Cidade, mesmo em condição de aprofundamentos dos indicadores de desigualdades sociais, ou seja, ainda que os indicadores de desemprego tenham se aprofundado.

Este contexto implica em observar-se que a questão da política e da democracia sobre o espaço público urbano, tem necessariamente contemplar três dimensões que condicionam a cultura cívica urbana: o discurso (e a dimensão do simbólico), ou seja o espaço da comunicação e da informação dos cidadãos em esferas mais ampliadas; a externalidade das ações públicas sobre o espaço físico da cidade, democratizando o acesso a uma paisagem urbana em padrões de uma urbanização ambiental adequado à reprodução da vida; e as condições de acessibilidade dos cidadãos aos espaços físicos e aos serviços urbanos, como condição de uma democratização do acesso e dos circuitos dos diversos segmentos sobre o espaço da cidade.

Como diz Queré (1995) a representação do espaço público sob estas três categorias constitui-se em representação realista, que considera as entidades externalizadas pelo discurso social como realidades positivas localizáveis no mundo ou que faz os indivíduos espaço-temporais corresponderem a categorias da prática e do pensamento social.

### **Tendências da exclusão e da precariedade do mercado de trabalho urbano - 96/98**

Observando-se os indicadores sociais da PED/RMS, para o período de 1996/1998, permanece a tendência geral de leve queda de atividade, com redução da ocupação na Indústria de transformação (de 8,7%, em 1996 para 8,2% em maio de 1998); no comércio, que passa de 17,6% (1996) para 16,7% (maio de 1998); e nos serviços domésticos que passam de 10,7% para 10,2%, entre dezembro de 1996 e maio de 1998. Esta tendência declinante é acompanhada de um movimento de absorção de força de trabalho nos setores de: Serviços da produção (Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Administração pública; Forças Armadas e Polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão; Comércio, Administração de valores imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza) que passam de 30,2% (dez.96) para 31,4% (maio98) e dos Serviços Pessoais (Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços) que expressam uma participação de 25,8% (dez. 1996) para 26,6% (em maio de 1998). Ou seja, não se alteram as características gerais apontadas para o período anterior de 93/96, mas uma redução dos postos de ocupação dos serviços domésticos talvez como reflexo de um contexto geral de redução gradativa da taxa de atividade.

Mantêm-se as características demográficas da população ocupada entre 96 e 98: esta é sobretudo masculina; com tendência de incorporação dos mais velhos, ou seja da faixa dos 25 anos a mais e redução de incorporação dos mais jovens de 10 a 17 e de 18 a 24anos, o que reduz as expectativas dos jovens de projeto de mobilidade social via o trabalho, especialmente das mulheres e da população negra. Efetivamente é maior a incorporação de brancos em detrimento de perda da população negra ocupada.

Também segundo os dados do SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE as taxas de desemprego do período de 96 para 98 expandem-se, observando um crescimento de 19,6% (1996) para 22,9% (em maio de 1998) para Salvador e de 20,3% (1996) para 25,1% (maio de 1998) para a RMS, o que induz à constatação de que a maior concentração do desemprego da Região Metropolitana se localiza nos municípios do entorno de Salvador, onde reside grande parte das famílias trabalhadoras.

O desemprego aberto em Salvador passa de uma taxa de 11,1% (1996) para 13% (maio de 1998) e o desemprego oculto de 8,5% (1996) para 9,6% (maio de 1998). De modo geral pode-se afirmar que o desemprego atinge igualmente homens e mulheres com maior intensidade na força de trabalho feminina, atingindo crescentemente todas as faixas etárias, especialmente a faixa de 18 a 24anos, que passa de 28,5% (1996) para uma participação de 40,3% da população desempregada e a faixa dos 25 a 39 anos que passa dos 17,1% (1996) para 20,8% (maio de 1998). Afeta com maior intensidade os demais membros da família, a população de cor branca e com experiência anterior de trabalho.

No que pese a tendência geral de exclusão por falta de oportunidade de inserção, resultante da destruição dos postos de trabalho e na perda das condições de proteção da população (como vimos no capítulo IV deste livro), observam-se

efeitos positivos nos atributos de qualificação da população, através da taxa declinante dos indicadores de analfabetismo que passa de 5,6% em dezembro de 96 para 4,6% em maio de 1998, seguida de incremento das taxas de escolaridade no 1º. grau completo e incompleto, o que pode significar resultados positivos de uma política efetiva da educação municipal, implementada com os dispositivos constitucionais de obrigatoriedade da descentralização da educação desde 1993, e sua manutenção no período de 97/98. O contraponto destas duas tendências, de um lado, a redução dos postos de trabalho e a precarização generalizada do trabalho, com perda das posições de qualidade na estrutura setorial do emprego e aprofundamento do setor informal, pela flexibilização da economia e inchamento das atividades por-conta própria; e, de outro lado, as expectativas favoráveis geradas pela requalificação da população, através da melhoria da escolaridade, configura um quadro problemático no ciclo reprodutivo da força de trabalho, mais qualificada e sem expectativas de inserção pelo trabalho formal. Como encaminhar soluções alternativas para este novo contingente de força de trabalho potencialmente qualificada num horizonte de restrição do mercado de trabalho, para além de melhorar as condições de sua competitividade para a estrutura de postos mais qualificados?

Quanto aos atributos pessoais da população ocupada, observa-se um incremento de 46,9% para 47,3% da PIA (População em Idade Ativa) no período de 1996/98, com variações quanto a distribuição por sexo, idade e raça.

Estas características gerais de desigualdade da população urbana em Salvador sugerem tendência à redução da capacidade de arrecadação e amplas expectativas sociais e políticas em relação ao poder local, especialmente no período sob o comando da Frente Popular, afetando a capacidade financeira de auto-sustentação do município.

Do ponto de vista da *capacidade financeira, o contexto de 97/98* do governo municipal baseou-se numa relação de dependência com as demais instâncias governamentais, particularmente com o governo do Estado; na implantação de uma reforma do município, nos moldes neo-liberais que implicou na redução das despesas pelo enxugamento da folha de pessoal, através da *demissão de funcionários* nomeados desde 88 sem concurso público; pelo início da *privatização* de empresas vinculadas à Prefeitura, mesmo aquelas que tivessem suas contas organizadas; nos vultosos *empréstimos do BNDES para a área de investimentos em infra estrutura urbana e saneamento*. Ademais, pela ação de *parceria com o governo do Estado* que intervém nesse apoio antes mesmo de iniciar o novo mandato, com o "faxinação" da cidade, na limpeza das avenidas de Vale, e recuperação das áreas verdes de encostas e drenagem dos canais.

Dentro deste quadro de reforma do aparelho municipal afinado ao ajuste fiscal, desaparece a obrigatoriedade de cotas para a realização do Orçamento Participativo, implantado na gestão anterior e, portanto, os pequenos ganhos alcançados pela estruturação da administração regionalizada e gestão pública popular do Orçamento. Este, por sua vez, passa ao controle direto da Secretaria da Fazenda, ou seja, a mecanismos gerais de operação financeira



do orçamento municipal, deslocando-se da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, onde localizava-se, com a finalidade de criar uma racionalidade às ações de planejamento. O saneamento financeiro afigurou-se como estratégia de moralidade e recuperação de alguma capacidade financeira do município, em ambos os períodos. No entanto, os mecanismos processados implicam numa relação distinta da política com a sociedade.

Enquanto o período de 1993-96, ela se estabelece em termos de resgate à moralidade pública através da apuração do “seqüestro das verbas” pelas empreiteiras e melhoria da arrecadação municipal, ou seja, de uma política contra a privatização do espaço público pelas empreiteiras, mesmo num contexto em que se desenvolveram ações de parceria com setores empresariais em macro-projetos de transporte e outros, a exemplo do Parque Atlântido, na conjuntura de 97/98 o saneamento financeiro enquadra-se nos paradigmas do ajuste fiscal, com o enxugamento da folha de pessoal, através da demissão de todos os funcionários não concursados; e dependência (contratos de parceria) ao Governo do Estado. No arrocho fiscal com melhoria da arrecadação. Estas medidas aumentaram a capacidade de liquidez do município, envolvendo mais desemprego e comprometendo o espaço de autonomia do município, que passa a constituir-se, de novo num prolongamento das ações do governo do Estado, e maior dependência também do setor privado, agora responsável pelas subcontratações no execução de serviços e obras, num quadro de absoluto centralismo das decisões sobre os investimentos, ou seja de baixo *accountability*.

A dinâmica de intervenções estruturais ou de melhoria da infra estrutura restabelece um vínculo orgânico entre o município e as elites do setor imobiliário e da construção civil, de alguma forma abalado no contexto anterior, seja pela falta de tradição no envolvimento desses setores pela Frente Popular, seja pelas medidas fiscalizadoras e de devolução de poder ao município, encaminhado pela apuração do seqüestro das verbas, envolvendo grandes empresas do Estado; seja, ainda, pela inexistência quase absoluta de recursos para investimentos e a rigidez de pagamento da dívida com o governo federal, no quadro do ajuste fiscal.

No que pese estas dificuldades do ajustes fiscal implantado e perda no avanço da estrutura participativa de controle cidadão, estas dificuldades não se constituíram base para a deslegitimação das ações municipais. Ao contrário, os mecanismos figurativos e simbólicos do “resgate”, a dinamização da vida cultural; e a melhoria do espaço urbano parecem criar a base de uma legitimidade que não mais se situa no controle sobre instrumentos de mediação redistributivos da renda ou participativos no plano da gestão da cidade, mas integrativos do sentimento de dignidade e pertencimento à “baianidade”.

No que pese esta base de legitimidade que reforça um papel de integração de caráter populista, pela via de um projeto que associa melhoria de infra estrutura urbana; cultura e mercado, as eleições de 2000 revelam já um percentual significativo da população que aponta para uma necessidade de uma via alternativa para a cidade, expresso num apoio de 36% ao candidato do Partido dos Trabalhadores na Cidade.

